

Polifonia de vozes ou os feminismos como possibilidade de um mundo comum

Elas estão (ou não estão) lá?

TERESA JOAQUIM

*Acreditar no mundo é suscitar acontecimentos,
mesmo pequenos, que escapam ao controle
ou fazem nascer novos espaços-tempo.¹*

Resumo: Com este texto pretende-se abordar a diversidade de questões colocadas por novos tipos de movimentos de mulheres em particular no contexto democrático da sociedade portuguesa em que (talvez) só agora seja possível o aparecimento de “feminismos hifenizados”, nomeadamente, africanos. Percurso marcado também por omissões, por assimetrias de poder e pela necessidade de questionar qual o tipo de in/visibilidade desses movimentos e de transmissão entre momentos históricos diversos.

Palavras-chave: Genealogias feministas; Mundo comum; In/Visibilidade.

Abstract: This text aims to address the diversity of questions posed by new types of women’s movements in particular in the democratic context of Portuguese society where (perhaps) it is only now possible for the emergence of “hyphenated feminisms”, namely, Africans. It is also marked by omissions, asymmetries of power and the need to question what kind of in / visibility of these movements and transmission between different historical moments.

Keywords: Feminist genealogies; Common world; In/Visibility.

A interrogação no título deste texto implica a incerteza no que se busca dizer e que pretende, por um lado, dar conta de movimentos de visibilidade sobre as questões das mulheres, género no espaço público e que durante

1 Deleuze, Gilles – *Pourparlers*. Paris: Editions de Minuit, 1972, p. 239.

tanto tempo foi (e é) desejada e, em simultâneo, perceber que essa visibilidade oculta, esconde questões que continuamos a julgar centrais e, por isso, não permite a transmissão de momentos, acontecimentos entre gerações diversas de mulheres no contexto da sociedade portuguesa. Do mesmo modo que existe desconhecimento entre movimentos contemporâneos de mulheres na sociedade portuguesa e nos países sob seu domínio colonial. Esta ausência de transmissão torna-se mais premente no momento em que surgem “feminismos hifenizados”, nomeadamente, africanos. Essa questão é atravessada pela possibilidade de presença, de ter rosto e de inscrição simbólica na cidade de seres falantes (Foucault).

Difícil, pois, iniciar este texto de forma incerta como que não conseguindo desenhar a sua arquitetura e ela possa aparecer na sua forma heteróclita (e habitar não será isso!?) a partir de questões (eventualmente) díspares cuja ligação pode parecer desconexa quando sempre nos é pedido um texto com determinadas características de razoabilidade, ou antes, racionalidade, mesmo quando se tenta desconstruir certas formas da mesma, como diz Donna Haraway:

O facto de ser invisível a si mesmo é a forma especificamente moderna, profissional, europeia, masculina, científica da modéstia como virtude. É essa forma de modéstia que oferece aos que a praticam o benefício de poder epistemológico e moral. Este tipo de modéstia é uma das virtudes fundadoras do que chamamos modernidade. Ela garante que a testemunha modesta é ventríloqua legítima e autorizada do mundo objetivo, não acrescentando nenhuma opinião, nem nada, da sua corporidade enviesada. Ela é deste modo dotada de poder notável de estabelecer os factos. Ela testemunha, ela é objetiva, ela garante a clareza e a pureza dos objectos. A sua subjectividade é a sua objetividade.

Estas narrativas têm o poder mágico – perdem qualquer traço da sua história como narrativas, como produtos de projetos partisans/sectários como representações contestáveis, como documentos construídos capazes de definir os factos.²

2 HARAWAY, Donna – “Manifeste cyborg et autres essais”, 2007, p. 133. In DESPRET, Vinciane e STENGERS, Isabelle – *Les Faiseuses d’histoires – que font les femmes à la pensée?*. Collection Les Empêcheurs de Penser en Rond. Paris: La Découverte, 2011, p. 153.

Deste modo e retomando a afirmação de Haraway “a sua subjectividade é a sua objectividade” e a objectividade, constitui-se num certo tipo de articulação de textos, argumentos, autores/as que nele podem “entrar” e de textos, argumentos, autores/as que não têm aí “direito de entrada” e ao cumprir esta regra de não passagem de fronteira corro o risco de eliminar/ recalcar questões que eram provavelmente centrais do ponto de vista teórico, político e pessoal³.

Na escrita deste texto há (ou sempre houve), na sua arquitetura, questões que são interligadas e cúmplices: a) de ordem epistemológica e b) dos feminismos enquanto possibilidade de criação de um mundo comum. Deste modo:

- a) de ordem epistemológica – o que se pode conhecer, o que se marginaliza e fica como “resto” que virá ou não. Penso no belo texto de Maria Puig de la Bellacasa, “Penser nous devons”⁴, retomando a injunção de um texto de Virginia Woolf, ou na conferência de Wittig que marcou o trajeto teórico de Judith Butler, ou na companhia de Beauvoir a Michèle Le Doeuff ou, ou... nestas cumplicidades e redes havendo a bela noção de amigo/a da sabedoria (filosofia), a saber, busca e espanto diante do que acontece...
- b) os feminismos enquanto *promessa* e contributo para a criação de um mundo comum, a saber, a possibilidade de questionamento do ponto de vista teórico e empírico do mundo político, da polis. Estas vertentes – epistemológica e política (feminismos) são indissociáveis e têm a ver com a noção de *promessa* (no sentido nietzschiano): “[...] sobre o que ainda não é e em relação aos que ainda não são”⁵ e, também, compreender na atualidade que novos movimentos sociais são dela portadores.

3 Cito as palavras da filósofa Françoise Collin como companhia e ouvindo a sua voz – “Fazer sentido é aceitar o conflito em si mesmo, como com os outros, escutar todas as vozes [...] diria de bom grado que o que faz sentido para mim através do político e do poético é segundo as palavras de Blanchot, a relação com o desconhecido que compromete uma outra dimensão. Na linguagem como no agir trata-se de ir em direção ao que ainda não é, fazer ser algo novo, mesmo se não é a revolução mas um movimento (deslocação)” (p. 9). Esta afirmação e este tipo de injunção na escrita em que escrevo hoje em que o poético não teme a sua ligação ao político num texto designado como científico e, neste caso, não teme também a sua ligação ao político e ao poético.

4 DE LA BELLACASA, Maria Puig – *Politiques Féministes et Construction des Savoirs; “Penser Nous Devons”*. Paris: L’HARMATTAN, 2012.

5 COLLIN, Françoise – *L’homme est-il devenu superflu?: Hannah Arendt*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1999, p. 221.

Retomo pois o início deste texto e a sua dificuldade relembrando Roland Barthes que associa começo e silêncio: ‘O começo é uma zona perigosa do discurso. O principio da palavra é um acto difícil: é saída do silêncio’⁶. O que me conduz à noção de polifonia de vozes (título deste texto) e da sua multiplicidade, de tonalidades e matizes. Segundo o Dicionário Houaiss⁷: ‘Polifonia representa entre outros: som de muitas vozes ou instrumentos; variedade de linguagem; loquacidade’. Polifonia que se liga neste contexto com o dar voz às mulheres, dar-lhes visibilidade formulada tantas vezes de forma repetida e pouco pensada ou (quase) impensada e que hoje nas vozes que se multiplicam, na sua visibilidade, interrogo-me sobre o que dizem essas vozes? Que imagens e paisagens nos dão elas? Ou que leituras sou capaz de fazer da sua presença/ausência nos textos, nas margens, nos quotidianos, nas artes de curar e de cuidar, nas feiticeiras tão bem descritas por Michelet e que agora estão de volta⁸.

Talvez que, do ponto de vista histórico, a área dos estudos sobre as mulheres e, especificamente, o conceito que a mesma produziu, o género, não seja, de acordo com Butler, “[...] sempre constituído de modo coerente ou consistente em contextos históricos diferentes e porque género intersecta com modalidades de identidades constituídas de maneira discursiva: racial, de classe, de etnicização, sexual e regional. Em consequência, torna-se impossível separar ‘género’ das interseções políticas e culturais nas quais é invariavelmente produzido e mantido”⁹. Conceito que nas suas constantes reformulações se foi fazendo em simultâneo como rede que se torna e nela, e

6 BARTHES, Roland – *Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios*. Lisboa: Presença, 1975, p. 170.

7 DICIONÁRIO HOUAISS DA LINGUA PORTUGUESA. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

8 “E o conceito (delas) era portador ao mesmo tempo desta impossibilidade de se dizer [...]. Mas ela tenta, experimenta, produz: filtros de amor, cataplasmas, ervas que curam, que repousam [...]. Elas dão vida, elas produzem vida. Tudo isto é experimentação da sua vida, da sua feitura de vida [...]: Daí, elas são marginais”. JOAQUIM, T. – “Feiticeiras”. In *Causas das Mulheres*, 2006, p. 29.

Ou segundo Catherine Clément: “[...] a feiticeira [...] conduz-se do ponto de vista da animalidade, das plantas, do não humano [...]. E como todos os subgrupos não situados no conjunto dos sistemas simbólicos, as mulheres estão ameaçadas pelo avesso da mobilidade, pelas representações simbólicas que estão prontas a limitar os efeitos da desordem simbólica”. CLÉMENT, Catherine – “La coupable”. In Clément, C. e Cixous, H. *La Jeune-née*, Paris: U.G.E., 1975, p. 19.

9 BUTLER, Judith – *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Londres: Routledge, 1990, p. 3.

com ela se faz um tecido “sobrepondo-se” e “entrelaçando-se”. Nesse sentido e partindo desta citação de Judith Butler há em simultâneo a fragmentação do sujeito do feminismo e a necessidade de pensar/perceber qual é hoje a sua mutação¹⁰.

Em particular deve ser ainda destacada a sua releitura não só pelos movimentos sociais em contextos culturais diversos como na elaboração da noção de interseccionalidade¹¹ que obriga a análises mais finas e incontornáveis de situações sociais, culturais e políticas.

No entanto devemos reconhecer que muitos estudos e projetos de investigação que se elaboram sob a sigla “género” na abordagem dos seus “objetos” – e aqui “objeto” obriga ele próprio ao seu questionamento na oposição sujeito/objeto, oposição que esta área de estudos também questionou do ponto de vista epistemológico, metodológico e ético (se estas separações se podem fazer e têm sentido) – reconhecem dificilmente o contributo deste conceito para uma abordagem mais “científica”¹². Que fio é pois quebrado nesta narrativa sobre a constituição de uma área disciplinar? Que transmissão é feita da sua constituição enquanto *campo disciplinar* com as suas nuances e tonalidades diversas consoante a constituição das diversas áreas científicas em contextos, por exemplo, nacionais? Como, por exemplo, a da história das Ciências Sociais no contexto português (vd., por exemplo, Madureira Pinto para a Sociologia; Susana Matos Viegas e Pina Cabral para a Antropologia)¹³.

10 BESSIN, Marc e DORLIN, Elsa – “Les renouvellements générationnels du féminisme: mais pour quel sujet politique?”. In *L’Homme & la Société*. 2005/4 n.º 158, 2005/4, pp. 11-27.

11 CRENSHAW, Kimberlé – “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. In *University of Chicago Legal Forum*. Chicago: Vol 1989, Article 8, pp. 139-167.

12 A mesma situação é referida por Marc Bessin e Elsa Dorlin no contexto académico francês, a saber: “A entrada do feminismo na universidade não foi feita sem dificuldades de que é testemunha a sua situação marginal [...]. No entanto é preciso sublinhar a capacidade notável do meio académico para adoçar/suavizar a crítica inerente às perspetivas feministas e fazendo [...] uma tolerância benevolente /afável [...]. Ouvimos investigadores em Ciências Sociais que simplesmente adaptaram o seu discurso integrando o termo género no seu vocabulário”. BESSIN, Marc e DORLIN, Elsa – “Les renouvellements générationnels du féminisme: mais pour quel sujet politique?”. In *L’Homme & la Société*. 2005/4 n.º 158, 2005/4, pp. 11-27.

13 PINTO, José Madureira – Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (46), 2004, pp. 11-31. Recuperado em 15 de abril de 2020, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000300002&lng=pt&tlng=pt.

Pensar na viagem da noção analítica de género passa pois por compreender as suas formas de articulação e na tessitura que se faz como por osmose na sua disseminação por outras áreas e percursos disciplinares e nos seus *objetos* de estudo como se de forma fluída, líquida, irrigando esses outros espaços de conhecimento e saber na abertura a novos objetos de estudo. Deste modo, neste tracejar outra paisagem se desenha, outros contornos no questionamento do que é, por exemplo, um *campo disciplinar* (ver Bourdieu), um *novo objeto de estudo*¹⁴. Foucault refere o modo como ele avança, insiste e surge como acontecimento, criando eventualmente linhas de fuga (no sentido deleuziano) como forma de “acreditar no mundo [e] suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle ou fazem nascer novos espaços–tempos”¹⁵, retomando nesta citação a epígrafe deste texto ou, ainda no mesmo sentido, o “amor mundi” de H. Arendt¹⁶.

É, talvez, nesse nível das “pequenas coisas” e o acontecimento que elas podem provocar que me interrogo sobre as mudanças que se operaram na sociedade portuguesa no período democrático e atualidade marcada/mediatizada pela proliferação sobre as questões das mulheres, feminismos, género, géneros, etc., etc. como uma espécie de melodia (ou antes, de música de fundo que se ouve ou não) que abafa na sua (in)diferença a polifonia de vozes mesmo se dando a ver a sua presença.

Lembrando a segunda carta VIII das *Novas Cartas Portuguesas* de 20 de junho de 1971 em que as autoras afirmam “eis-nos em plena era da libertação da mulher”:

A mulher vota, é universitária, emprega-se; a mulher bebe, a mulher fuma, a mulher concorre a concursos de beleza, a mulher usa mini-maxi-saia, “hot-pants”, “tampax”, diz “estou menstruada” à frente dos homens; a mulher toma a pílula, rapa os pêlos das pernas e de debaixo dos braços, põe biquini; a mulher sai à noite sozinha, vai para a cama com o namorado; a mulher dorme nua, a mulher

VIEGAS, Susana de M. e PINA-CABRAL, João – “Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história”, *Etnografica.revues.org*, vol. 18(2), 2014, online desde 09/07/2014, pp. 311-332.

14 BOURDIEU, P. – “El campo científico”. En: Bourdieu, P., *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visio, 2000, pp. 11-27.

15 DELEUZE; Gilles – *Pourparlers*. Paris: Editions de Minuit, 1972.

16 ARENDT, Hannah – *A Condição Humana*, 10.ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1958/2007.

entende, já sabe o que querem dizer certas palavras, tais como: orgasmo, pénis, vagina, esperma, testículos, erecção, frigidez, clitoris, masturbação, vulva. As mulheres entre elas, na intimidade, já contam anedotas obscenas, certos pormenores íntimos de cama e em segredo tomam certas liberdades de linguagem, e assim se modernizam, se libertam, se promovem...

“Eis-nos, pois, irmãs, em plena era da libertação da mulher portuguesa... e o homem exulta e afirma: “somos pela promoção feminina, promovamos a mulher, desalgememos a mulher, descravizemos a mulher.”¹⁷

“Elas estão lá: elas são emancipadas” e havendo como que um quadro (falsamente) burguês composto por objetos, genealogias de classe, de escrita, de fotos – desde a infância. Elas estão (ou não) lá? Como se a entrada nos “espaços mediáticos” na sua diversidade e possibilidade de conexões e de redes pudesse coexistir com a (in)existência de tessitura que é feita também de sobreposição e, nela, pode haver o apagamento das camadas anteriores da tela¹⁸. Julgo que o mesmo acontece quando se fala de feminismos, da sua história, do trabalho teórico sobre conceitos, do que implica ser intelectual, etc. Cito esta afirmação de Joan W. Scott sobre movimento #MeToo questionando-se sobre a possibilidade desse movimento ter aparecido agora e ter tido a visibilidade mediática que teve:

Uma das coisas que o movimento #MeToo revelou é como as mulheres foram educadas a colaborar neste sistema, acomodando o poder masculino em vez de o recusar [...]. Porque é que o movimento #MeToo apareceu agora? O que é que levou algumas mulheres finalmente a recusar compromissos com o poder masculino que no passado aceitaram (mesmo que relutantemente)? Qual é a relação entre esta mudança psíquica e a transformação social e política? São estas questões que temos que colocar enquanto fundadoras e ativistas feministas.¹⁹

17 BARRENO, Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da – *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Estúdios Cor, 1972, p. 285.

18 Retomo aqui esta afirmação da escritora Ali Smith em entrevista a (*Ípsilon*, 12/05/2017) “[...] pensava na estrutura do *fresco*, e se seria ou não possível aplicar a uma narrativa a noção de existência por camadas simultâneas interligadas, como na superfície de um *fresco* terminado”.

19 SCOTT, Joan Wallach – “O movimento #MeToo revelou como as mulheres foram educadas a acomodar o poder masculino em vez de o recusar”, in *Público*, julho, 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/01/mundo/entrevista/a-questao-que-hoje-nos-desafia-e-como-confrontar-a-crenca-de-que-as-diferencas-sexuais-sao-naturais-1836234>.

Como pensar em simultâneo as questões da transmissão e a “relação de mudança psíquica e a transformação social e política” colocadas pela historiadora Joan W. Scott no contexto português, em que essa transmissão foi amputada de diversas formas. Relembro esta entrevista de Maria Teresa Horta sobre as *Novas Cartas Portuguesas* em finais dos anos 90 em que refere que o que motivou o processo das *Três Marias* foi: “As NCP tinham menos a ver com uma literatura feminista mas com a questão: ‘o que estávamos a fazer em África?’”.

E hoje, no momento em que surgem movimentos ou vozes de feministas negras afrodescendentes em Portugal²⁰, como pensar as ligações possíveis entre estes movimentos com a história dos movimentos feministas ou, antes, das organizações feministas em Portugal como se houvesse somente apagamento, invisibilidade, como se fosse sempre preciso ir às origens como possibilidade de legitimação da presença ou da existência. Que “pontes” fazer, por exemplo, entre feministas/ escritoras portuguesas cujos percursos passaram também pelos países africanos, tal como compreendeu bem a antropóloga brasileira Mariza Corrêa no texto “Mulheres e senhoras: em busca das Marias”, em que se interroga “O que é que África tem a ver com o feminismo em Portugal” referindo os nomes de Maria Lamas e Maria Archer, e concluindo: “[...] as portuguesas estiveram tentando fazer aceder à cidadania portuguesa [...] uma parcela da sua própria sociedade – seja, no caso da M. Lamas, as mulheres, seja no caso de M. Archer, os africanos e as mulheres”²¹.

Ao referir estas perguntas pertinentes de Mariza Corrêa, julgo que as mesmas devem ser retomadas no contexto atual e, nomeadamente, tendo em conta as questões colocadas por estes movimentos emergentes de feministas afrodescendentes em que podem existir os riscos reais mas também imaginários de uma sobrevalorização de movimentos feministas e das suas omissões no contexto português, em particular a partir do 25 de abril de 1974. Nesse sentido parece-me importante a perspetiva que defende Clare Hemmings no texto “Contando histórias feministas”. Diz ela: “Eu advogo uma abordagem que enfatize as relações ao invés das descontinuidades entre os diferentes

20 Ver artigo recente *Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos*, de Cristina Roldão). Publicado em simultâneo com o artigo *40 anos à espera de bell hooks* aquando da publicação em edição comercial do livro da autora *Não serei eu uma mulher?*.

21 CORRÊA, Mariza – “Mulheres e senhoras: em busca das Marias”, in COVA *et al.*, *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Oeiras: Celta, 2004, pp. 109-118.

referenciais teóricos de modo a questionar o ‘deslocamento’ linear de uma abordagem pela outra” e “[...] Sugerir um modo um tanto diferente de imaginar o passado feminista – uma série de contestações e relações, e não um processo linear de deslocamento”²².

Importa pois pensar como se podem eventualmente fazer essas “contestações e relações” no contexto português de uma “passagem amputada” como, por exemplo, a de transmissão de questões, lutas das feministas do início do século XX e as que vieram depois da revolução democrática de 1974: transmissão, passagem amputada por um longo período da ditadura em que todas as organizações de mulheres foram proibidas, a partir de 1946, exceto as que eram criadas pelo próprio regime autoritário²³. Não só a memória foi amputada a nível público/político como ao nível privado, de transmissão de pertença e do próprio olhar sobre a participação em tantas lutas pela liberdade e como se essa amputação da memória permanecesse até hoje numa atualidade marcada por uma *visibilidade indiferente*, para retomar uma expressão de Jacques Rancière.

Como pensar nas possibilidades de transmissão de movimentos e de momentos de luta intensa individual e coletiva²⁴ no crescente (re)fluxo de ideias vistas como “novas” – quando somente são hoje possíveis de serem ditas em voz alta (e não sussurradas) e aparentemente ouvidas – em parte

22 HEMMINGS, Clare – “Contando histórias feministas”. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009, pp. 235-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012>.

23 Cristiana Bastos descreve deste modo “a longa década de 1970 e as suas dissonâncias cognitivas”: “[...] tal era o aparato ideológico que Portugal dava a si mesmo e aos seus, pelos anos de 1970: mais plural que multifacetado [...] assentava numa tensão representativa contraditória, para não dizer esquizóide. Por um lado os portugueses eram passivamente transparentes, invisíveis nas paisagens líricas das aldeias de xisto, granito ou cal, satisfeitos na sua contida pobreza [...]. Por outro lado, eram os heróis do mundo, os pioneiros, os mais fortes, os humanistas [...] em suma, os primeiros e os melhores. [...] Não se falava abertamente da emigração, da fome e da miséria nos campos e nas cidades, de trabalho forçado em África, de repressão aos Satyagraha na Índia, da guerra colonial, das prisões políticas e, por maioria de razão, de censura”. BASTOS, Cristiana – “Utopias, portais e antropologias urbanas: Gilberto Velho em Lisboa”. In *Análise Social*. Lisboa: ICS. 222, lii (1.º), 2017, pp. 162-174.

24 “A relação entre mulheres deve ser pensada na categoria do simbólico e não do biológico, na forma do público e não do privado, e por público eu entenderia aqui, com Hannah Arendt, a relação de pluralidade onde quens, alguéns, permanecendo na sua heteronomia, dialogam através da ação e da palavra sem no entanto se igualizarem nem se fundirem: relação que passa pela política, pela arte, mas também pela amizade” (1994: 87).

devido à ignorância de quem não conhece o seu passado, a sua genealogia, o seu percurso, a sua história, as suas estórias e portanto não permite ou bloqueia a criação de relações no passado e no presente²⁵. Nesse sentido importa perceber como houve recalcamento e amputação na forma como as próprias narrativas se constroem do ponto de vista, por exemplo, da história do feminismo e cito de novo Clare Hemmings: “Para terminar, deixe-me perguntar o seguinte: como a teoria feminista poderia ser uma proliferação de estórias sobre o seu passado mais recente que melhor refletisse a diversidade de perspectivas dentro (e fora) da sua órbita? Como reformular o relacionamento entre as partes constituintes de feminismo para permitir que tomem forma o que atualmente são presenças fantasmas? Podemos fazer teoria feminista de forma diferente?”²⁶.

Elas estão (ou não estão) lá – I?

Esta interrogação remete para as questões da transmissão feita nas palavras da filósofa Fina Birules de tradição e de contaminação. Como tecer pois os fios da tradição a partir das noções da “razão dos vencidos” ou de W. Benjamin nas suas *teses sobre o conceito de História*²⁷: como fazer para que a transmissão se faça a partir da tradição de forma metamorfoseada e contaminada pelo novo, pelo inédito. Diz Foucault: “A inscrição simbólica na cidade [...] de seres falantes, dotados de uma fala que não exprime simplesmente a necessidade, o sofrimento e a fúria, mas que manifestam inteligência e que formam comunidade”²⁸. Seres falantes que criam comunidade a partir de pequenas experimentações, deslocamentos que provocam desvios a nível teórico, epistemológico, político e criam novas formas de habitar, de “acreditar no mundo”²⁹.

25 HEMMINGS, Clare – “Contando estórias feministas”. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009, p. 215. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012>.

26 *Ibidem*, p. 235.

27 Exemplarmente retomadas no libreto de Manuel Gusmão *Os dias levantados* (2002) para a ópera com o mesmo nome de António Pinho Vargas sobre o 25 de abril de 1974.

28 FARGE, Arlette – “Palavras sem Histórias; História sem Palavras”. *Maracanan n.º 2*. Rio de Janeiro: 2004, pp. 88-100. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/14045/10701>.

29 Deleuze, Gilles – *Pourparlers*. Paris: Editions de Minuit, 1972.

Essa tarefa de reconstrução/reidentificação a partir desses *desvios* deve ser pensada no contexto da globalização e refiro por exemplo o trabalho de Sassia Sasken, ao repensar a mobilidade, a globalização, a partir também de experimentações mesmo as dos/as “sem poder”: “importa-me recuperar [...] que sob certas condições não ter poder pode ser porém uma condição complexa que permite fazer história” em que a autora considera que “[...] há toda uma série de atores muito localizados, mesmo imóveis, que vão recuperando uma subjetividade nova a partir da existência dessa possibilidade de uma comunicação com outros a grandes distâncias [...]. Podem participar numa espécie de mundialização, uma subjetividade que lhes dá esperança, que os faz sentir que não estão sós, esquecidos, imóveis – podem sentir que são parte de um movimento global”³⁰ e refere ainda que “[...] as novas tecnologias também nos mostram que os imóveis podem não somente ser parte de diversas globalidades, mas também podem constituí-las³¹, criando, eventualmente, novos movimentos sociais.

Elas estão (e não estão) lá – II

Talvez seja este sentimento que me invade no espanto diante de notícias sobre as mulheres, género, géneros e também nas omissões que atravessam este “efeito da moda” e, no entanto, em tantas notícias sobre, por exemplo, a baixa taxa de natalidade na sociedade portuguesa se “esqueça”; somente, que são as mulheres, ainda, que criam crianças no laço cuja temporalidade é (quase) sempre de uma vida. Temporalidade incompatível com o mundo espetacular, de opinião e talvez se passe aqui o que Giorgio Agamben refere como³² “O constituir-se da política em uma esfera autónoma dá-se ao passo em que ocorre a separação do rosto em um mundo do espetáculo, em que

30 SASKEN, Sassia – “As estratégias do género: entrevista com Saskia Sassen”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. 18(2), 2010, pp. 491-501.

31 *Ibidem*.

32 “A verdade, o rosto, a exposição, constituem hoje objetos de uma guerra civil planetária cujo campo de batalha é toda a vida social, cujas tropas são os media e as vítimas todos os povos da terra. [...]. O constituir-se da política em uma esfera autónoma dá-se ao passo em que ocorre a separação do rosto em um mundo do espetáculo, em que a comunicação humana é apartada de si mesmo. A exposição se transforma, assim, em um valor que se acumula através das imagens e dos media, e cuja gestão é vigiada ciosamente por uma nova classe de burocratas” (p. 2 trad. brasileira, pp. 107-108 na versão francesa).

a comunicação é apartada de si mesmo”³³. Num mundo espetacular como responder hoje a questões de discriminação que são explicitadas numa forma de *visibilidade indiferente*: na mesma fotografia, no mesmo plano, mas com estatutos (hierarquias) diversos. Como na atualidade enfrentar e resistir nos quadros de aparente emancipação das mulheres a nível de projeto pessoal e já marcadas pelo acesso à educação e à independência económica – lutas das feministas no início do século XX –, a uma *precarização generalizada* de vida em que deixa de ser possível desenhar projetos na vertigem da mobilidade de espaços e tempos e, claro, de afetos ou da sua impossibilidade.

De que modo recolhemos esses gestos marcados pelo trabalho de cuidado a nível transnacional em que uma das lutas dos movimentos feministas foi o da valorização do trabalho doméstico – a sua contabilização dos usos do tempo – sobretudo a possibilidade de ter tempo – isto é, o de poder pensar, participar, escrever, intervir, correr riscos em quotidianos marcados de forma intensiva pelo trabalho de cuidado dos e das vulneráveis, sob as diversas formas em que continuam a ocupar-se dos outros mas marcado talvez por uma desvalorização sistemática, contínua e multissecular. Como fazer a transmissão entre gerações? Lutas, gestos, pequenos desvios fruto de experimentações, de erros à semelhança de Beckett: “*Ever tried. Ever failed. No matter. Try again. Fail again. Fail better*”³⁴ (“Tenta, fracassa, não importa. Tenta outra vez. Fracassa de novo. Fracassa melhor”). Herdeiras, pois, dessas experimentações e erros deste “fracassar”, segundo Beckett, em que se elabora esse mundo comum/a comunidade que é na sua multiplicidade e polifonia o lugar de aparição de sujeitos no reconhecimento recíproco da sua vulnerabilidade e finitude, criam novas formas de habitar um mundo comum numa “paciência selvagem”, na expressão de Adrienne Rich, ou a possibilidade de estar lá como quem pode pensar, falar, ter fala própria sobre a comunidade, repetindo Foucault – “A inscrição simbólica na cidade de seres falantes” –, que quer transformar num gesto de fala e presença o mundo político e que tem/fez um rosto próprio que se abre ao outro. Nas palavras de G. Agamben: “Todos os seres viventes estão no aberto, manifestam-se e

33 AGAMBEN, Giorgio – *Moyens sans fins – notes sur le Politique*. Paris: Rivages Poche, 1995/2002. AGAMBEN, Giorgio – “O Rosto”. Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa da edição italiana de *Il Volto in Mezzi senza fine. Note sulla politica*. Bollati Boringhieri, Torino, pp. 74-80. Disponível em <http://murilocorrea.blogspot.com/2010/02/traducao-o-rosto-de-giorgio-agamben.html>.

34 Disponível em <https://booksonthewall.com/blog/samuel-beckett-quote-fail-better/>

brilham na aparência. Porém, apenas o homem quer apropriar-se dessa abertura, tomar sua própria aparência, o próprio ser manifesto. A linguagem é essa apropriação que transforma a natureza em *rosto*. Por isso, a aparência torna-se um problema para o homem, o lugar de uma luta pela verdade” (p. 103 na edição francesa e p. 1 na edição brasileira)³⁵.

Elas estão (e não estão) lá! É o modo como formulei a inquietação que atravessa a escrita deste texto ao pensar na pluralidade de feminismos e na possibilidade de um “povo que vem”/que virá sempre na ausência/margem/de tantos e tantas que nele não podiam aparecer/pertencer como é próprio do político segundo Arendt. Ter um rosto e poder ficar aquém do que “conta como humano” na redefinição constante que a modernidade não deixou de fazer na linhagem entre o humano e o não humano e que o episteme do século XVII, segundo Foucault, definiu para hoje se repensar sob outras configurações; no entanto, nesse redefinir de fronteiras (e, nelas, existe quase a possibilidade de passagem clandestina, de contrabando), não deixa de se colocar a questão de que vida se vive, se pode viver ou na pergunta de sempre: o que é uma vida digna? Judith Butler formula a questão deste modo: “Pode acontecer que o “justo” e o “bom” impliquem permanecer abertos às tensões que assaltam investem as categorias mais essenciais que exigimos, aceitando um estado de ignorância no próprio cerne do nosso saber e das nossas necessidades sabendo reconhecer a manifestação da vida no que sofremos sem no entanto ter a certeza do que acontecerá”³⁶.

Retomando o início: a situação da promessa será sempre a de incerteza?

35 AGAMBEN, Giorgio – *Moyens sans fins – notes sur le Politique*. Paris: Rivages Poche, 1995/2002. AGAMBEN, Giorgio – “O Rosto”. Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa da edição italiana de *Il Volto in Mezzi senza fine*. Note sulla politica. Bollati Boringhieri, Torino, pp. 74-80. Disponível em <http://murilocorrea.blogspot.com/2010/02/traducao-o-rosto-de-giorgio-agamben.html>.

36 BUTLER, Judith – *Faire et défaire le genre (undoing gender)*, 2004, pp. 7-8. Disponível em <http://www.multitudes.net/faire-et-defaire-le-genre/2004>.

Teresa Joaquim – Doutorada em Antropologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas. Professora Auxiliar da Universidade Aberta. Coordenadora do Mestrado de Estudos sobre as Mulheres – Género, cidadania e desenvolvimento. Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (1996-2001). Membro do Centro das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). Publicou, entre outros: *Dar à luz, ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*, Publicações D. Quixote, 1983; *Menina e Moça, Construção Social da Feminilidade séculos XVII-XIX*, Fim de Século, 1997; *As causas das Mulheres. A comunidade infigurável*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004; *Cuidar dos outros, cuidar de si – questões em torno da maternidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; *Masculinidades/Feminilidades* (org). Porto, Edições Afrontamento, 2010.